



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

10 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

SEXTA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 2025

Dalva Ringote é nova embaixadora de Angola na China

O Presidente da República, João Lourenço, nomeou, esta quinta-feira, Dalva Ringote, para o cargo de embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária de Angola na República Popular da China.

Em outro decreto, o Chefe de Estado nomeou, também, Syanga Abílio para o cargo de embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Angola na República da Coreia. Os dois decretos de nomeação foram assinados, hoje, pelo Presidente da República. (J.A.)++++

Chefe de Estado orienta cimeira sobre Desenvolvimento Agrícola em África

O Presidente da República, João Lourenço, chega hoje à cidade de Kampala, capital da República do Uganda, para participar e dirigir a Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, dedicada ao Desenvolvimento Agrícola do continente.

De acordo com a informação avançada pelo secretário do Presidente da República para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa, Luís Fernando, o Chefe de Estado vai dirigir a reunião de Cúpula da organização política continental na qualidade de 1º vice-Presidente da Mesa da Assembleia da União Africana. O comunicado realça que a participação do Chefe de Estado é uma espécie de antecâmara

daquela que vai ser a sua assumpção como Presidente da União Africana, já a partir do próximo mês, para o período de um ano. A Cimeira Extraordinária da União Africana sobre a Agenda CAADP Pós-Malabo arrancou ontem, no centro de convenções “Munyonyo Commonwealth Resort”, em Kampala, com a reunião dos ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente dos Estados-membros da União Africana.

Hoje, os ministros das Relações Exteriores prosseguem com os trabalhos de apreciação e análise dos documentos que serão submetidos aos Chefes de Estado e de Governo dos 55 Estados-membros da organização continental. Ontem à noite, o ministro das Relações Exteriores, Teté António, chegou à capital ugandesa, Kampala, para participar na reunião de hoje, que antecede a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana.

Entre os principais pontos da Cimeira Extraordinária, prevê-se a aprovação do projecto da Estratégia e Plano de Acção de Dez Anos do Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola Africano Pós Malabo - CAADP (2026-2035), e o projecto de Estatuto da Agência de Segurança Alimentar de África.

Destaca-se ainda o relatório sobre a selecção dos Centros de Excelência da União Africana para Pesquisa e Treinamento em Pesca, Aquicultura, Conservação da Biodiversidade Aquática e Gestão de Ecossistemas.

Em Fevereiro do ano passado, a Comissão da União Africana apresentou o quarto relatório de revisão bienal do CAADP aos Chefes de Estado e de Governo, durante a 37.^a Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana, onde observaram com preocupação que nenhum país estava no bom caminho para cumprir os objectivos e metas do programa agrícola até 2025. Os resultados da Cimeira, que decorre até

sábado, estarão reflectidos na Declaração do CAADP de Kampala. O evento, segundo o Ministério das Relações Exteriores, vai passar em revista o Memorando de Participação de Angola nas Sessões Ministeriais sobre o PIDAA, o Projecto da Estratégia e Plano de Acção do PIDAA para o período 2026-2036 e o Projecto de Declaração do PIDAA de Kampala sobre a Criação de Sistemas Agroalimentares Resilientes e Sustentáveis em África.

Desde a sua criação em 2003, em Maputo, o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA) tem desempenhado um papel crucial na transformação agrícola em África, com o intuito de aumentar a segurança alimentar e a nutrição, reduzir a pobreza rural, criar emprego e contribuir para o desenvolvimento económico e a salvaguarda do meio ambiente.

O PIDAA pretende atingir uma taxa de crescimento anual de 6 por cento no sector agrícola, através da atribuição de, pelo menos, 10 por cento dos orçamentos dos Estados-membros da União Africana ao sector da Agricultura. (J.A.)++++

Téte António em Kampala para Conferência sobre Desenvolvimento da Agricultura em África

O ministro das Relações Exteriores, Téte António, já se encontra em Kampala, no Uganda, para participar na Sessão Extraordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana sobre o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA) Pós Malabo.

O MIREX avança em comunicado de imprensa, consultado pelo JA Online, que o evento vai passar em revista o Memorando de Participação de Angola nas Sessões Ministeriais sobre o PIDAA, o Projecto da Estratégia e Plano de Acção do PIDAA para o período 2026-2036 e o Projecto de Declaração

do PIDAA de Kampala sobre a Criação de Sistemas Agroalimentares Resilientes e Sustentáveis em África. Desde a sua criação, em 2003, em Maputo, o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA) tem desempenhado um papel crucial na transformação agrícola em África, para aumentar a segurança alimentar e a nutrição, reduzir a pobreza rural, criar emprego e contribuir para o desenvolvimento económico e a salvaguarda do meio ambiente.

"O PIDAA pretende atingir uma taxa de crescimento anual de 6% no sector agrícola, através da atribuição de, pelo menos, 10% dos orçamentos dos Estados-Membros da União Africana à agricultura", acrescenta a nota.

Durante a primeira década da agenda do PIDAA, a Declaração de Maputo (2003-2013) alcançou resultados positivos, nomeadamente, a assinatura dos pactos do PIDAA por 45 Estados-Membros da UA que iniciaram os Planos Nacionais de Investimento Agrícola (NAIPs), alinhados com o PIDAA, refere o documento. *(J.A.)++++*

Governo quer reforçar a produção nacional e aumentar a exportação de produtos acabados

O Governo angolano pretende reforçar a transformação das matérias-primas em produtos acabados para os mercados internacionais, a fim de dar maior rendimento à produção nacional e integrar, de maneira contínua, a actividade informal nas receitas do Produto Interno Bruto (PIB).

O posicionamento foi expresso à imprensa pelo ministro Isaac dos Anjos, à margem da abertura da reunião dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Águas e Meio Ambiente dos Estados-membros da União Africana, que teve início, ontem, em Kampala, capital da República do Uganda.

Confrontado sobre o crescimento na ordem dos cinco por cento perspectivado no ano passado, o responsável adiantou que na proposta a ser apresentada durante a Cimeira Extraordinária Angola vai sugerir um horizonte temporal para os próximos cinco anos a favor da alteração da actual narrativa.

“Temos de ser capazes de perceber qual é o valor mínimo que as famílias têm de gerar para combater a pobreza. Senão vamos continuar a fazer as projecções de manutenção do status quo, e não deve ser assim”, disse o ministro da Agricultura e Florestas.

Em declarações aos jornalistas, antes da sua intervenção na reunião ministerial, Isaac dos Anjos disse, a título de exemplo, que não se discute quanto se gasta para importação do milho, mas quanto se gasta para colocar fertilizantes à disposição dos agricultores.

“Ora, se não se colocarem fertilizantes à disposição dos agricultores, não vamos ter milho”, enfatizou, adiantando que, em vez de se estar nessas discussões académicas, os países devem passar à prática, por ser mais útil. Este enquadramento responde à necessidade das agendas africanas, reforçou Isaac dos Anjos.

O ministro acrescentou: “Vamos ver se conseguimos alterar essa narrativa, para que aquilo que não é reconhecido academicamente seja percebido que é preciso encontrar uma solução”. Assim, justificou, “não é pelo facto de não se registar a economia informal, que ela não existe, ela está aí, bem presente”.

De referir que estão em apreciação, na Cimeira de Kampala, o Projecto da Estratégia e Plano de Acção de Dez Anos do Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP) Pós Malabo 2026-2035, o Estatuto da Agência de Segurança Alimentar de África, e o relatório sobre a

selecção dos Centros de Excelência da União Africana para Pesquisa e Treinamento em Pesca, Aquicultura, Conservação da Biodiversidade Aquática e Gestão de Ecossistemas.

Na ocasião, o ministro da Agricultura e Florestas disse que Angola vai ratificar os instrumentos em análise, que visam reforçar as linhas e os pilares assentes na Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura em África.

No essencial, disse, era previsto dos Estados-membros um crescimento anual de 6 por cento, e a atribuição ao sector da Agricultura de recursos dos orçamentos de 10 por cento. Os diferentes pilares foram avaliados por pontuação, num nível que vai de 0 a 10, incluindo os sectores e os respectivos países.

Combate à pobreza

Além disso, Isaac dos Anjos apontou, entre os desafios, a questão da reforma do sector Agrário, do equilíbrio de género, da industrialização dos produtos para não serem exportados apenas como matéria-prima inacabada, mas transformada, a fim de tornar a agricultura o principal veículo para o combate à pobreza e à diferenciação social no meio rural.

Josefa Sacko afirma que Programa vai gerar milhões de empregos

A comissária da União Africana para a Agricultura, Josefa Sacko, destacou, na Cimeira Extraordinária de Kampala, que a Estratégia e o Plano de Acção do CAADP, para um período de dez anos, visa aumentar a produção alimentar, expandir o valor acrescentado, impulsionar o comércio intra-africano e criar milhões de empregos para os jovens e mulheres do continente.

Ao discursar na abertura da reunião dos ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente dos Estados-membros da União Africana, Josefa Sacko

acrescentou que a Estratégia visa igualmente construir cadeias de valor agro-alimentares inclusivas e construir sistemas agroalimentares resilientes.

Estes sistemas devem ser, também, sustentáveis e resistir a choques e factores de risco, agora e no futuro. Além disso, adiantou que os mesmos devem reforçar a governação, através da tomada de decisões baseadas em dados concretos e na responsabilização de todas as partes interessadas.

Para a embaixadora angolana ao serviço na União Africana, é por via dos esforços colectivos que se vai alcançar a mudança transformadora que o continente procura no sector da Agricultura.

Sobre a Agenda do Programa de Desenvolvimento da Agricultura de Africa pós-Malabo, na reunião prestigiada pelos embaixadores de Angola na Etiópia, Miguel Bembe, e Syanga Abílio, que cessou funções no Uganda, Josefa Sacko frisou que foi desenvolvida uma estratégia que responde aos desafios e oportunidades que os sistemas agro-alimentares de África enfrentam.

A diplomata sublinhou, a propósito, que a concepção e preparação do processo resultaram numa colaboração notável de vários intervenientes, em que se destacam as comunidades económicas regionais, grupos de técnicos, peritos e investigadores de centros de excelência africanos, organizações de agricultores, bem como parceiros de desenvolvimento e parlamentares. (J.A.)++++

IGAE promove debate sobre boa governação

A transparência administrativa, ética e integridade, enquanto valores fundamentais de um Estado Democrático e de Direito, centralizam as abordagens da Conferência Nacional sobre Boa Governação, a ser promovida pela Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE), em Luanda,

nos dias 15 e 16 deste mês, no âmbito das celebrações dos 50 anos de Independência Nacional, a serem assinalados a 11 de Novembro.

De acordo com o inspector-geral adjunto da IGAE, Venceslau Canjongo, a quem coube fazer o anúncio, no Centro de Imprensa Aníbal de Melo (CIAM), torna-se imperioso levar a debate os aspectos inerentes à transparência, ética e à integridade em prol do bom funcionamento da Administração Pública.

A Conferência Nacional sobre Boa Governação, esclareceu o responsável, tem carácter importante para Angola, porque vai juntar gestores públicos e especialistas em Administração Pública para uma profunda reflexão sobre o nível de organização e funcionamento do sector Público.

A IGAE, enquanto órgão auxiliar do Presidente da República, acrescentou Venceslau Canjongo, considera oportuno trazer a debate a boa governação e práticas administrativas, cujo objectivo é o de alertar e consciencializar os funcionários públicos para a necessidade de maior rigor e disciplina na actuação laboral, sob pena de serem responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente.

"Perspectivamos obter bons resultados com a realização do evento, tendo em conta as contribuições valiosas de especialistas presentes, designadamente membros do Executivo, embaixadores e especialistas nacionais e estrangeiros", disse.

De acordo ainda com o inspector-geral adjunto da IGAE, o evento vai permitir, também, um melhor alinhamento na materialização da Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção, assim como a Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, sem desprimor da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e

Governança, reforçados pela Constituição da República. Ven-ceslau Canjongo informou, igualmente, que a Conferência Nacional sobre Boa Governança vai decorrer no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, sob o lema "Preservar e valorizar as conquistas alcançadas, construindo um futuro melhor".(J.A)++++

Relatório sobre Direitos Humanos em Angola é apresentado este mês

O Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos em Angola é apresentado, este mês, em Genebra, Suíça, durante o IV Ciclo da Avaliação Periódica Universal (UPR) do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pela secretária de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, Antónia Yaba, no debate público realizado em torno do referido relatório, que tem como base as recomendações dadas ao país no III Ciclo, que decorreu na 34^a Sessão do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, em 2019.

A Avaliação Periódica Universal, esclareceu a secretária de Estado, é um mecanismo através do qual os Estados-membros da ONU avaliam a situação dos Direitos Humanos nos respectivos países. Mais do que um mecanismo onde os Estados passam atestados de sucesso ou insucesso, disse, fazem, também, recomendações para melhorias.

O mecanismo oferece a todos os Estados-membros oportunidades para darem a conhecer, publicamente, as medidas que adoptam, no âmbito da promoção, defesa e protecção dos Direitos Humanos, tanto do ponto de vista normativo, como no domínio institucional e das políticas públicas.

De acordo, ainda, com a secretária de Estado dos Direitos Humanos, durante o discurso de abertura do debate, das

270 recomendações feitas ao país, por 110 Estados-membros, no III Ciclo de Avaliação Periódica Universal, que decorreu em 2019, Angola aceitou 259, que estão em execução, com uma implementação na ordem dos 80 por cento.

Antónia Yaba referiu, ainda, que a preparação para o exame a que o país vai ser submetido constitui um exercício que vai permitir aferir os progressos alcançados, bem como as insuficiências em relação aos compromissos que o Estado angolano assumiu, enquanto parte das Nações Unidas.

"É importante referir que os documentos referentes ao IV Ciclo do UPR já foram submetidos ao Conselho das Nações Unidas e, quanto às recomendações recebidas, algumas delas já foram cumpridas", frisou, reiterando que o Estado angolano continua aberto ao diálogo multilateral e bilateral com todos os actores interessados sobre Direitos Humanos no país.

Optimista em relação à avaliação de Angola, Antónia Yaba disse, também, que a situação dos Direitos Humanos no país "é boa", na medida em que "cumprimos, essencialmente, com os compromissos internacionais, implementamos muitas políticas e temos apresentado, pontualmente, relatórios sobre a matéria".

Sobre as recomendações ao país, relacionadas, sobretudo, com a necessidade de ratificação de Convenções Internacionais, com a aprovação de um novo Código Penal e de uma Estratégia Nacional dos Direitos Humanos, Antónia Yaba afirmou que as obrigações de Angola estão cumpridas, acrescentando que, hoje, a situação dos Direitos Humanos foi elevada a uma questão de segurança nacional, na medida em que constitui um ponto da agenda permanente do Conselho de Segurança Nacional.

Apesar dos muitos desafios que, ainda, se impõem na questão dos Direitos Humanos em Angola, a secretária de

Estado destacou as muitas políticas já implementadas, desde a ratificação de tratados internacionais à criação dos Comitês Locais de Direitos Humanos em todas as províncias.

"Existem programas que não se concluem de um dia para o outro ou que se concretizem num único ano", afirmou, assegurando que, sobre a execução periódica e pontual dos mesmos e aquilo que, eventualmente, está por se concretizar, consta do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027.

Quanto à recomendação para a melhoria da Política do Registo de Nascimento, explicou que os números ainda não satisfazem, garantindo, porém, que se trata de uma questão não esquecida, que continua na agenda do Governo.

A secretária de Estado lembrou, também, que está em execução e que se pretende implementar até este ano a Estratégia Nacional de Universalização do Registo de Nascimento e Atribuição do Bilhete de Identidade, aprovada no ano passado, com o objectivo fundamental de atribuir cidadania às pessoas.

Direitos mais violados

Quanto à violação de direitos no país, Antónia Yaba referiu a questão da fuga à paternidade, um dos problemas mais verificados em termos de margem numérica, enquanto sobre a violência doméstica fez uma comparação em relação a outros países, como da Europa, onde o nível é bastante mais elevado.

"Creio que a fuga à paternidade é um problema que passa, essencialmente, pela consciencialização e unificação das famílias", argumentou, dando nota que existe um trabalho conjunto com o Ministério da Família e Promoção da Mulher que se acredita ter sucesso.

Em relação à violência sexual contra crianças, a secretária de Estado assegurou ser um assunto que está a ser

debatido permanentemente com os Comit es Locais, no sentido de passarem a mensagem da consciencializa o, sobretudo nos locais onde as crianças estão inseridas, nas escolas, nos colégios, até mesmo nas creches, locais a partir dos quais devem começar a ser protegidos.

Sobre os desafios, Ant nia Yaba apontou o reforço e a potencializa o dos Comit es Locais de Direitos Humanos na execu o dos programas, uma vez que são os mesmos que lidam directa e pontualmente com as comunidades, defendendo ser imperioso que tenham métodos e mecanismos de trabalho que permitam maior fluidez, n  s  de informa o em matéria de promo o e consciencializa o, mas, acima de tudo, de acompanhamento e protec o das pessoas, que eventualmente possam ter alguma necessidade.

Noruega garante parceria com o país

O embaixador da Noruega em Angola, Bjornar Hotvedt, ao intervir no debate, reafirmou que os Direitos Humanos constituem uma área de grande importância na coopera o bilateral entre Angola e a Noruega, defendendo que o respeito   temática deve estar sempre presente em tudo o que faz.

De acordo com o diplomata, o seu país colabora com Angola na sua missão de estabelecer uma cultura de direitos humanos, uma vez que tem a no o de que a cria o de uma cultura de direitos humanos   um processo para o qual todos devem contribuir.

"Para alcançar esse objectivo, julgamos que a forma o e a troca de experiências com outros países   fundamental. Por isso, uma delega o angolana, composta por quadros do Ministério da Justiça e membros da sociedade civil, fez um curso sobre Direitos Humanos em Oslo, capital da Noruega, no mês passado", informou.

Já O diplomata lembrou, ainda, que em cada quatro anos e meio, os Estados-membros das Nações Unidas são avaliados pelos seus pares em matéria dos Direitos Humanos, frisando a importância dos debates sobre este mecanismo para a promoção e protecção dos Direitos Humanos, em que os cidadãos possam participar do processo, apresentando a sua visão, fazendo contestação e dando contribuições. (J.A.)++++

Analísado reforço da cooperação com o Reino Unido

O aprofundamento das relações bilaterais entre Angola e o Reino Unido esteve no centro de uma conversa, por telefone, quarta-feira, entre o ministro das Relações Exteriores, Tété António, e o responsável britânico para os Assuntos Africanos, lord Collins Highbury.

De acordo com uma fonte do MIREX a que o Jornal de Angola teve acesso, as duas entidades abordaram o incremento da cooperação bilateral entre os países, com foco nas questões ligadas à "estabilidade política no continente".

Focaram, também, as atenções à recente visita do Presidente da República do Quênia, William Ruto, a Angola, e sobre a situação prevalecente no Leste da República Democrática do Congo (RDC).

Histórico da cooperação

As relações entre Angola e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte são marcadas pela cooperação diplomática, económica e cultural, tendo, ao longo dos anos, os dois países trabalhado para fortalecê-las, ainda mais, em várias áreas.

Os dois países mantêm relações diplomáticas desde a Independência de Angola, em 1975, e, durante esse período, visitas de altos dignitários de ambos os países têm fortalecido as relações políticas e diplomáticas, com foco em cooperação mútua e diálogo. Angola e o Reino Unido cooperam,

igualmente, na vertente económica, sobretudo nos sectores dos Petróleos e Gás, Mineração e Finanças. No âmbito desta cooperação, empresas britânicas têm investido no sector Energético angolano, uma área chave para alavancar a economia nacional.

Em contrapartida, o Reino Unido busca diversificar as relações comerciais com Angola, promovendo o comércio de bens e serviços em outras áreas. O Governo britânico tem apoiado, também, Angola, em iniciativas para melhorar o ambiente de negócios e atrair mais investimento estrangeiro. (J.A.)++++

Lei sobre Consumo de Bebidas Alcoólicas volta hoje ao hemiciclo

A Lei sobre o Regime Especial de Disponibilização e Consumo de Bebidas Alcoólicas volta a ser debatida, hoje, em Luanda, pelos deputados da 5ª Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional.

Ontem, durante a discussão do diploma na especialidade, o deputado David Kissadila disse que o impacto do consumo de álcool afecta directamente as famílias, defendendo que deve ser auscultado o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, pelo facto de ser um assunto que está a contribuir para a desestruturação de muitas famílias.

A inserção, na mesma proposta de Lei, da proibição de venda de bebidas alcoólicas defronte aos cemitérios é outra sugestão apresentada pelo deputado, por considerar um lugar santo que merece respeito e dignidade.

Quem corrobora da mesma opinião é a deputada Lizeth Gongga, que acrescentou ser necessário rever os artigos relacionados às pequenas, médias e grandes empresas, devido à existência de cantinas que são ao mesmo tempo consideradas retalhistas e grossistas. Em resumo, os deputados

apresentaram, ontem, várias sugestões, a começar pela redefinição da designação da proposta de Lei, passando a chamar-se “Lei Especial de Comercialização e Consumo de Bebidas Alcoólicas”, assim como a proibição da sua comercialização num perímetro de 300 a 500 metros das instituições visadas.

Sobre o horário, os deputados sugeriram o alargamento da proibição, fixados na proposta entre às 8h00 e 18 horas, para as 21 horas. Os deputados sugeriram, ainda, que se reveja a adjectivação dos agentes alvos, quer seja vendedor, quer seja consumidor, no perímetro proibido, assim como a eficácia da fiscalização sem ferir a liberdade dos cidadãos e dos comerciantes, bem como das agentes de excepção, grandes superfícies comerciais, organizações turísticas e actividades de ocasião.

O diploma, que segue em discussão, estabelece o regime especial de disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas no perímetro das instituições hospitalares, militares, policiais e de ensino, uma vez que o consumo excessivo dessas bebidas acarreta consequências para a saúde, colocando em risco o exercício profissional e interferindo na aprendizagem escolar e na capacidade intelectual em geral. (J.A.)++++

Dalva Ringote e Syanga Abílio nomeados embaixadores

O Presidente da República, João Lourenço, nomeou, quinta-feira, os novos embaixadores para as missões diplomáticas na República Popular da China e na Coreia do Sul, respectivamente Dalva Ringote e Sianga Abílio.

Os novos embaixadores ocupam os lugares deixados por João Salvador dos Santos Neto (China) e Edgar Brandão Gaspar Martins (Coreia do Sul), na sequência das respectivas exonerações dos cargos. Na terça-feira, João Lourenço nomeou Ana Maria de Oliveira, para exercer o cargo de

embaixadora Angola junto dos Escritórios das Nações Unidas e demais organismos internacionais em Genebra (Suíça); Carlos Cruz de Lemos Sardinha, em Cuba; Edgar Martins, no Reino da Bélgica e União Europeia; Fernando Miguel, no Vietname; João Salvador Neto, na Turquia, e Joaquim do Espírito Santo, no Gabão.

O Chefe de Estado nomeou, ainda, José Patrício para exercer o cargo de embaixador no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Mankento Sebastião Lopes, no Egipto; Maria Cândida Teixeira, na UNESCO, em Paris (França), Mário Constantino, no Quênia e representante permanente junto dos Escritórios das Nações Unidas em Nairobi, e Nelson Cosme em Israel. (J.A.)++++

Vice-presidente da ASEA trabalha no Zimbabwe

O vice-presidente da Associação das Empresas de Produção de Electricidade de África (ASEA), Pedro Afonso, trabalha, desde terça-feira, em Harare, na capital do Zimbabwe.

De acordo com um comunicado, enviado ao JA Online, os trabalhos foram realizados na sede do Pólo Energético da África Austral (SAPP), órgão da SADC que vela pela interligação eléctrica da região.

Durante a estadia em Harare, a delegação angolana encabeçada pelo também PCA da PRODEL foi recebida pelo Embaixador de Angola na República do Zimbabwe, Agostinho Tavares da Silva Neto, num encontro de cortesia onde foram abordados diversos assuntos relacionados com a cooperação bilateral no sector Eléctrico e no reforço dos laços de amizade entre os dois países.

No decorrer da visita à sede da SAPP, Pedro Afonso aproveitou a oportunidade para fazer um balanço do mandato de Angola na vice-presidência da ASEA, destacando as

iniciativas realizadas desde 2022, com a inclusão de novos membros na associação, o que terá contribuído para o fortalecimento institucional da mesma.

Por sua vez, o director executivo Adjunto da SAPP, Alison Chikova, fez uma breve apresentação sobre o funcionamento da organização, e enfatizou o facto de Angola ser o segundo país, depois da África do Sul, com maior capacidade de produção eléctrica instalada na região, afirmando que a sua integração no mercado de electricidade da SADC, agregará valor dada a relevância dos recursos energéticos do país no contexto africano.

A delegação liderada pelo PCA da PRODEL, incluiu o administrador da (PRODEL) Luís Filipe da Silva, o representante da ENDE, João Simão da Silva, o representante da RNT, Ramos Tony António, as directoras da PRODEL, Lyodimila Santos e Daniela Fonseca, bem como o técnico do Gabinete de Comunicação da PRODEL, Famoso Gongga, refere o documento. *(J.A.)++++*

Ministros da União Africana discutem hoje segurança alimentar no continente

Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente dos Estados-membros da União Africana apreciam, hoje, na cidade de Kampala, República do Uganda, o projecto para a elaboração da Estratégia e Plano de Acção de Dez Anos do Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola Africano Pós Malabo - CAADP (2026-2035).

Durante a reunião ministerial, em que Angola se faz representar pelo ministro da Agricultura e Florestas, Isaac dos Anjos, vai ser também analisado o projecto de Estatuto da Agência de Segurança Alimentar de África e o relatório sobre a selecção dos Centros de Excelência da União Africana para

Pesquisa e Treinamento em Pesca, Aquicultura, Conservação da Biodiversidade Aquática e Gestão de Ecossistemas. Amanhã, os ministros das Relações Exteriores reúnem-se para preparar os dossiês acima referidos e submetê-los à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, durante a Cimeira Extraordinária, que acontece na sexta-feira.

Sob organização da Comissão da União Africana e do Governo ugandês, está ainda prevista a análise do documento que será a Declaração de Kampala CAADP, cuja apreciação deve acontecer em sessões fechadas.

O documento, consultado pelo Jornal de Angola, refere que as sessões ministeriais serão estruturadas para incentivar diálogos inclusivos e interactivos entre os ministros, bem como entre as principais partes interessadas nas estratégias.

Ao mesmo tempo, permitirá que os ministros revisem os documentos estratégicos submetidos à sua consideração e, após este exercício, irão fazer recomendações à Assembleia.

A convocação da Cimeira Extraordinária tem como finalidade endossar o rascunho da Declaração de Kampala CAADP, que fornece uma visão abrangente para transformar os sistemas agro-alimentares de África, para o período 2026-2035, assim como endossar a estratégia e plano de acção do CAADP, do mesmo período, que fornece pormenores sobre como atingir os objectivos e metas previstas no rascunho da Declaração do CAADP de Kampala.

O Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola da África (CAADP) tem sido crucial para impulsionar a transformação agrícola em toda a África, desde 2003. O CAADP visa uma taxa de crescimento anual de 6 por cento no sector Agrícola, com os Estados-membros da União Africana a aloca pelo menos 10 por cento dos orçamentos para o sector

da Agricultura. Com base na Declaração de Maputo (2003-2013), a Declaração do CAADP de Malabo de 2014 renovou o compromisso com o CAADP e estabeleceu metas ambiciosas para 2025, incluindo a erradicação da fome, a redução da desnutrição, a triplicação do comércio intra-africano e a construção da resiliência dos meios de subsistência e dos sistemas de produção.

A Declaração de Malabo sublinha a importância da responsabilidade mútua por meio de revisões bienais agrícolas e reconheceu o papel essencial de sectores relacionados, como infra-estrutura e desenvolvimento rural.

Durante a 37ª sessão ordinária da Assembleia da União Africana, em Fevereiro de 2024, os Chefes de Estado e de Governo expressaram preocupação de que o continente não esteja no caminho certo, para cumprir as metas do CAADP de Malabo, até 2025.

A Cimeira foi organizada conjuntamente pela Comissão da União Africana, Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Meio Ambiente Sustentável, encabeçada pela embaixadora Josefa Sacko, e pela NEPAD.

(J.A.)++++

Recrutamento Militar para cidadãos nascidos em 2003 inicia este mês

O recrutamento e incorporação militar de cidadãos nacionais, nascidos em 2003, com habilitações literárias, a nona classe ou a frequência do ensino médio, decorrerá entre 14 de Janeiro e 14 de Fevereiro de 2025.

O anúncio foi feito, esta quinta-feira, em Luanda, pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), acrescentando que os cidadãos abrangidos deverão consultar os editais nas administrações municipais da sua área de residência. *(J.A.)++++*

Hospital Pediátrico de Ndalatando reaberto após incêndio destruir a cabina eléctrica

Após três dias de paralisação, devido a um incêndio, causado por um curto-circuito na cabine eléctrica, o Hospital Materno-Infantil do Cuanza-Norte, situado em Ndalatando, voltou ao normal funcionamento nesta quarta-feira, assegurou, quinta-feira, o director da unidade sanitária.

Arão da Silva referiu que durante os três dias de paralisação, os doentes foram transferidos para os Hospitais Mário Pinto de Andrade e municipal do Cazengo. A equipa de profissionais locais, frisou, já trabalha na recepção de novos pacientes.

O hospital, referiu, tem uma capacidade de 150 camas e funciona com uma força de trabalho de 378 quadros. Apesar deste número, disse, ainda há um défice de 340 técnicos, entre médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e pessoal de apoio.

O electricista-chefe da equipa que reparou a avaria a nível da unidade sanitária, Flávio Almeida, aventou a possibilidade da existência de uma sobrecarga eléctrica que tenha resultado num curto-circuito que originou a queima parcial dos equipamentos da cabine eléctrica do imóvel.

O técnico assegurou que todos os danos causados pelo infortúnio foram reparados e os equipamentos do hospital voltaram a funcionar na plenitude.

Necessidade

O governador do Cuanza-Norte, João Diogo Gaspar, reconheceu, na quarta-feira, que a cidade de Ndalatando precisa de um hospital materno infantil, com maior capacidade, em relação ao actual para albergar o maior número de doentes possíveis.

Durante uma visita de constatação à unidade sanitária, depois da retoma dos serviços, paralisados a 7 deste mês,

devido a um incêndio, o governador acredita que, dentro de dias, pode haver disponibilidade financeira para a materialização do projecto. A infra-estrutura, disse, não suporta as necessidades. "É, também, fundamental haver mais médicos especializados". (J.A.)++++

Funcionários de Instituições Públicas participam em seminário em Milunga

Funcionários de distintas instituições públicas no município de Milunga, província do Uíge, participaram, esta quinta-feira, num seminário subordinado ao tema "Ética na Administração".

A iniciativa promovida pela Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), serviu para dotar os funcionários e agentes públicos locais de procedimentos e princípios que concorram para um atendimento digno aos utentes de distintos serviços.

De acordo com a Administração Municipal de Milunga, no Facebook, o encontro foi presidido pelo chefe do departamento de tecnologias de informação e comunicação institucional da delegação local da IGAE, António dos Santos Lopes.

O responsável lembrou, na ocasião, que a conduta de um funcionário ou agente público deve ser um exemplo para os demais membros da sociedade. "As constantes situações de corrupção existentes em várias instituições do Estado, estão entre os principais motivos do não desenvolvimento da sociedade", acrescentou.

Por outro lado, o administrador municipal de Milunga, Afausto Manuel Coxe, valorizou a realização do seminário na região, tendo apelado aos participantes para que apliquem na prática os conhecimentos que lhes foram transmitidos para uma melhor prestação do serviço público.

Do seminário participaram, ainda, responsáveis da administração local, dos órgãos de defesa e segurança, bem como de representantes dos partidos políticos com assento no parlamento, autoridades tradicionais e eclesiásticas.
(J.A.)++++

Grupo de trabalho vai elaborar histórico sobre percurso do MPLA

O MPLA, na Lunda-Norte, vai criar um grupo de trabalho para elaborar o percurso histórico do partido na província, anunciou, quinta-feira, na cidade do Dundo, a primeira-secretária provincial, Filomena Miza.

A dirigente partidária, que falava durante os cumprimentos de Ano Novo aos membros do partido, revelou que o grupo de trabalho vai encarregar-se da produção do histórico do MPLA, OMA e JMPLA, de 1978 até 2024.

De acordo, ainda, com Filomena Miza, a comissão encarregada de fazer a apresentação de uma descrição histórica sobre a implantação do MPLA na província e organizar todo o espólio documental e fotográfico, de acordo com a relevância histórica, e resgatar o espírito da grande família MPLA na Lunda-Norte, conferindo o devido conhecimento às famílias dos então dirigentes do partido na província.

Para manter a mística do partido MPLA na Lunda-Norte, foi desenvolvida uma estratégia de comunicação e marketing, que permite cadastrar os ciber-activistas do partido, assim como o aprimoramento dos trabalhos entre os DIP, JMPLA e a OMA, com o foco na defesa do partido e do seu líder, João Lourenço.

Filomena Miza disse, ainda, que a estrutura do partido orienta a Lunda-Norte a fortalecer a capacidade de intervenção nas comunidades e a coesão interna dos militantes. A primeira-secretária do MPLA defendeu, ainda, a mobilização

de todas as estruturas do partido para vencer os desafios, que passam pela realização de encontros municipais e provinciais com os militantes e as organizações da sociedade civil, de modo a produzir contribuições, necessárias aos ajustamentos para a melhoria dos trabalhos do partido.

O partido, reiterou a dirigente do MPLA, vai continuar a trabalhar para que cada cidadão possa sentir o impacto das acções positivas nas aldeias, bairros, municípios e cidades.

Partido na Lunda-Sul define desafios de 2025

O primeiro-secretário provincial do MPLA na Lunda-Sul, Daniel Neto, afirmou haver disponibilidade dos militantes para abraçar os desafios do partido com energia, disciplina e comprometimento com o trabalho para o bem-estar dos angolanos.

Ao intervir na cerimónia de cumprimentos de Ano Novo, o político destacou os avanços registados, tendo feito um balanço positivo do desempenho no ano passado e incentivado os militantes a primarem por comportamentos que promovam a união, coesão e espírito de equipa.

Daniel Neto referiu que a maioria das tarefas agendadas foi cumprida, admitindo a existência de "alguns pendentes, por razões alheias à nossa vontade". "Transitamos para 2025 para prosseguirmos alinhados com a agenda política apresentada em 2022, contando com a força de todos, a fim de comemorarmos com sentimento de orgulho os 50 anos de Independência Nacional", disse.

O responsável máximo do MPLA na Lunda-Sul apontou, ainda, para as mudanças no figurino geopolítico e administrativo, que desdobrou a província em 14 municípios, contra quatro anteriores, facto que garante galvanizar o desenvolvimento multisectorial.

Ciente de que o surgimento de novas circunscrições vai implicar nomeação de gestores nos diferentes escalões do

partido, Daniel Neto apelou para o facto de a oportunidade dada aos nomeados não gerar o sentimento de exclusão entre os militantes.

“Como um só povo e uma só nação, devemos encarar as coisas numa perspectiva de igualdade, sem ressentimentos, mantendo o espírito de equipa. Olhar os desafios com espírito de equipa e o dever de apoiar de forma incondicional o presidente do partido, camarada João Lourenço”, sublinhou o primeiro-secretário provincial do MPLA.

Para a organização feminina do partido, a OMA, o mandatário dos camaradas augura a renascimento, onde os membros pautem pelo perdão e reconciliação, de modo a estimular o ingresso de mais militantes. (J.A.)++++

OMA lança alerta contra abuso sexual de menores

A OMA procedeu à abertura, quinta-feira, na cidade do Sumbe, província do Cuanza-Sul, do programa “Operação Stop” contra abuso sexual de menores, no quadro das celebrações dos 63 anos da organização, a assinalar-se amanhã, 10 de Janeiro.

De acordo com a secretária-geral da OMA, Joana Tomás, que se encontra na cidade do Sumbe, palco do acto central do 63º aniversário, a “Operação Stop” tem como objetivo alertar a sociedade no sentido de se manter vigilante com os menores, com a abordagem das proibições relacionadas com as partes íntimas que não devem ser tocadas nem vistas por outras pessoas.

A dirigente partidária disse, ainda, que o programa surge da necessidade de se prestar atenção à criança, quando esta apresentar um comportamento diferente do normal, cujas denúncias devem ser feitas através da Linha SOS criança 15015.

Joana Tomás mostrou-se preocupada com o crescente número de crianças vítimas de violência sexual, actos que considerou “invasivo e cruel”, que atentam contra honra e dignidade da criança.

“O abuso sexual de menores é um acto que fere não só a integridade física e psicológica da vítima, mas que deixa marcas profundas e acaba com a infância de qualquer criança”, deplorou.

No quadro dos 63 anos da OMA, além do acto central, estão previstas visitas às mulheres produtoras de fuba de milho e bombo, na localidade da Pedra I, contacto com as mulheres processadoras de peixe, no bairro da Firmar e a entrega de inputs agrícolas às mulheres que se dedicam aos trabalhos do campo. *(J.A.)++++*

Recrutamento Militar para cidadãos nascidos em 2003 inicia este mês

O recrutamento e incorporação militar de cidadãos nacionais, nascidos em 2003, com habilitações literárias, a nona classe ou a frequência do ensino médio, decorrerá entre 14 de Janeiro e 14 de Fevereiro de 2025.

O anúncio foi feito, esta quinta-feira, em Luanda, pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), acrescentando que os cidadãos abrangidos deverão consultar os editais nas administrações municipais da sua área de residência. *(J.A.)++++*

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 10 de Janeiro de 2025